

# TRABALHO DE CAMPO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA OS GEÓGRAFOS OU UM INSTRUMENTO BANALIZADO?

*Alentejano, Paulo R. R. & Rocha-Leão, Otávio M.\**

**SEM PESQUISA DE CAMPO NINGUÉM TEM DIREITO A FALAR. MAO TSE TUNG, 1941.**

**Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio de explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári! Bernard Kayser. 1985.**

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a importância do trabalho de campo para os geógrafos, bem como avaliar os problemas que envolvem esta ferramenta geográfica. Buscaremos fazer um balanço da relação entre trabalho de campo e a teoria geográfica, discutir a importância do trabalho de campo para a pesquisa e o ensino de Geografia e, por fim, provocar algumas reflexões acerca dos perigos que rondam a banalização do trabalho de campo na Geografia atual. Propomos também um debate sobre as potencialidades e as limitações dos monitoramentos de campo nas análises geográficas, inseridas no atual cenário de rápidas transformações sociais e ambientais que se cristalizam no espaço geográfico.

---

\* Professores Adjuntos do Departamento de Geografia da UERJ/FFP.

## RÉSUMÉ

Le but de cet article est de discuter l'importance du travail de champ pour les géographes, et aussi d'évaluer les problèmes associés avec cet outil. On fera une évaluation de la relation entre le travail de champ et la théorie géographique, on discutera l'importance du travail de champ pour la recherche et pour l'enseignement de Géographie, et, finalement, on déclenchera des réflexions au sujet des risques de banaliser l'usage du travail de champ. On propose aussi un débat sur les possibilités et les limitations du monitoring de champ pour les analyses géographiques inscrites dans la scène actuelle des transformations sociales et environnementales accélérées qui se passent dans l'espace géographique.

O presente artigo tem por objetivo discutir a importância do trabalho de campo para os geógrafos, bem como avaliar os problemas que envolvem esta ferramenta geográfica. Isto será feito a partir de um diálogo entre dois geógrafos com distintas trajetórias de formação e práticas de campo extremamente diferenciadas.<sup>1</sup> Não ignoramos as dificuldades de tal empreitada, porém, acreditamos que dela podem resultar reflexões de grande validade para a epistemologia da Geografia, assim como para a própria prática de campo dos geógrafos.

Ao longo do artigo buscaremos caracterizar o trabalho de campo como ferramenta geográfica, fazer um balanço da relação entre trabalho de campo e a teoria geográfica, discutir a importância do trabalho de campo para a pesquisa e o ensino de Geografia e,

---

<sup>1</sup> Apesar dos dois autores serem professores do mesmo departamento e também terem feito o mesmo curso de graduação em Geografia, trilharam caminhos diversos em sua formação: um enveredando, ainda na graduação, pela Geografia Agrária e, posteriormente, na pós-graduação, em curso de caráter interdisciplinar envolvendo Economia, Sociologia, Antropologia, aprofundando-se em estudos e pesquisas sobre reforma agrária, assentamentos rurais e políticas públicas para a agricultura; outro, aprofundando-se, desde a graduação, em estudos geomorfológicos aplicados à análise ambiental e, posteriormente, na pós-graduação participando de pesquisas sob enfoque Geo-hidroecológico, integrando as áreas de Geomorfologia, Hidrologia e Geo-ecologia.

por fim, provocar algumas reflexões acerca dos perigos que rondam a banalização do trabalho de campo na Geografia atual. Será dada ainda especial atenção aos atuais procedimentos de monitoramento de campo nas análises espaciais, destacando-se a relevância dos mesmos para o ensino e a pesquisa em Geografia. Dessa maneira, pretendemos propor um debate sobre as potencialidades e as limitações dos monitoramentos de campo nas análises geográficas, inseridas no atual cenário de rápidas transformações sociais e ambientais que se cristalizam no espaço geográfico.

As duas frases com que abrimos o texto traduzem nossa compreensão do problema: trabalho de campo é fundamental, mas, se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal.

## **1. O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DOS GEÓGRAFOS**

Desde os primórdios da Geografia os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos. Aliás, a sistematização da Geografia enquanto ciência muito deve ao conjunto de pesquisas e relatórios de campo elaborados anteriormente por viajantes, naturalistas e outros, verdadeiro manancial de informações que foram essenciais para a construção das bases para o desenvolvimento da Geografia.

Entretanto, se esta herança foi fundamental para a consolidação da Geografia como ciência, legou também uma forte marca empirista. Assim, nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade.

Ressaltando esta dimensão do empirismo presente na Geografia, THOMAZ Jr. (2005) sustenta que as principais concepções formuladas a respeito do trabalho de campo são: (1) “sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”; (2) “chega de teoria, o importante é fazer”; (3) primado da descrição sobre a reflexão teórica; (4) espaço da síntese entre os - mantidos separados - elementos físicos e humanos.

Tais concepções revelam não apenas o empirismo dominante na Geografia, mas também a separação entre uma Geografia dos homens e uma Geografia da natureza, como se fossem realidades absolutamente distintas.

O caso da Geografia brasileira não foi muito diferente, dada a forte influência histórica de naturalistas e assemelhados na sua pré-história e da Geografia francesa em sua consolidação institucional.

Capítulo importante na difusão dos trabalhos de campo como ferramenta dos geógrafos brasileiros desempenhou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB):

“Cabe destacar, neste sentido, a contribuição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) para a difusão dos trabalhos de campo como ferramenta fundamental dos geógrafos, pois seus primeiros congressos representavam um espaço privilegiado de produção da Geografia brasileira, com destaque para as excursões que promovia, as palestras que organizava e os textos que publicava no âmbito do Boletim Geográfico.” (ALENTEJANO, 2002, p. 146)

Também ABREU (1994) salienta tal importância, assim como para a formação dos jovens geógrafos, dada a possibilidade de convivência e aprendizado com os grandes mestres da Geografia de então, embora ressalte o caráter empirista da concepção geográfica que norteava tais estudos:

“... ao se estudar, a cada Assembléia, uma região distinta, os geógrafos contribuiriam, por acumulação de conhecimento de cada parte, para o conhecimento do todo, isto é, da “superfície da terra” que era o somatório de todas elas.” (ABREU, 1994, p. 33)

ABREU afirma ainda que os trabalhos de campo - que duraram até 1970, quando com a mudança dos estatutos da AGB estes foram retirados da grade dos encontros da entidade<sup>2</sup> - possibilitaram o desenvolvimento de ampla gama de conhecimentos sobre a realidade brasileira. Outros que chamaram atenção para a enorme contribuição para o trabalho de reconhecimento do país possibilitado pelos debates

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos tem-se verificado o retorno dos trabalhos de campo aos Encontros Nacionais, Estaduais e Regionais da AGB, embora sem a centralidade de outrora. Retornaremos a esse assunto mais adiante.

e trabalhos de campo realizados por ocasião das assembléias gerais da AGB foram Andrade (1991) e Mamigonian.

“A AGB, até 1970, caracterizou-se como uma associação de pesquisadores. Aos encontros nacionais compareciam geógrafos que apresentavam os resultados das suas pesquisas. Três ou quatro grupos de pesquisas, dirigidos por geógrafos experimentados, faziam trabalhos de campo, nos quais se iniciavam os alunos, dando origem a relatórios preliminares que eram apresentados e debatidos no final dos encontros.” (MAMIGONIAN, 1991, p. 159)

Todo este acúmulo foi jogado por terra a partir dos anos 1970, quando no rastro da hegemonia da Geografia Teorético-Quantitativa os trabalhos de campo passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos, sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade.

Também no movimento inicial da Geografia crítica, a radicalização crítica ao empirismo dominante na Geografia tradicional levou a uma negação da validade do trabalho de campo como instrumento de construção do pensamento geográfico, em função da ênfase conferida à teoria.

“... chegou-se ao exagero de somente valorizar as contribuições teóricas de fundamentação marxista (...) e negligenciaram-se as contribuições anteriores e, principalmente, o conhecimento empírico produzido com base em trabalhos de campo. Quando hoje se volta a valorizar a técnica, com apoio nos novos instrumentais (sensoriamento remoto, SIGs), deve ser ressaltado que são, somente, instrumentos e não fundamentos. A difícil aliança entre a teoria e a prática instrumental tem de ser perseguida e sempre alicerçada na pesquisa de campo.” (RUA, 1997, p. 45)

As dificuldades de articulação entre teoria e prática se entrecruzam com o problema da dicotomia entre Geografia física e humana, pois, apesar dos discursos que pregam uma visão

integradora da Geografia, no sentido de não se isolarem as variáveis físicas e sociais responsáveis pela produção do espaço geográfico, o olhar do pesquisador, historicamente já impregnado da dicotomia físico-humana, acaba por produzir, na maioria das vezes, uma abordagem eminentemente social ou natural sobre os fenômenos manifestados na superfície terrestre.

Como a sociedade e a natureza são estudadas a partir de ciências e métodos específicos, as pesquisas de campo na área da Geografia tendem a se aproximar de um desses dois campos fundamentais da Ciência, se apropriando de seus métodos e, talvez, negligenciando a própria missão original integradora da Geografia.

Nesse sentido, torna-se claro que, com exceção da Geografia regional francesa do início do século XX, as pesquisas de campo em Geografia trilharam o caminho da especialização em fenômenos da natureza ou da sociedade, sendo portanto necessária, embora dolorosa, uma separação entre Geografia física e humana, pelo menos para uma avaliação de como os procedimentos de campo evoluíram até aqui, e como refletiram na produção de um conhecimento fragmentado da realidade, via fortalecimento das especialidades.

Esse fato torna-se ainda mais relevante quando percebemos um claro movimento da Geografia de retorno ao saber integrado, de síntese de variáveis sociais e naturais, muitas vezes se ancorando em um discurso ambiental, que como um passe de mágica resolve repentinamente todos os problemas apontados acima, utilizando-se na maioria das vezes de refinadas técnicas computacionais, que por si só dariam conta da integração desses variados campos da Geografia. A simples integração de bases temáticas de cunho social e natural em ambiente de SIG não resolve, em nosso entendimento, os problemas epistemológicos da dicotomia sociedade/natureza na produção do conhecimento geográfico, nem aponta, necessariamente, um caminho para produção de uma visão não fragmentada da sociedade e da natureza, como pretendemos discutir a seguir.

## **2. O TRABALHO DE CAMPO, A TEORIA E O MÉTODO**

De tudo que foi dito, evidencia-se que o trabalho de campo não deve se reduzir ao mundo do empírico, mas ser um momento de articulação teoria-prática.

“...torna-se necessária uma discussão que recoloca o debate num patamar teórico, que nos permita entendê-lo como um momento ímpar na produção de conhecimento alternativo, mediatizado através de uma prática teoricamente orientada, momento consagrador do exercício da prática teórica.” (THOMAZ Jr., 2005, p. 34).

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos.

Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.

THOMAZ Jr. (2005) considera a paisagem e sua diversidade como manifestação exterior do movimento da sociedade, da estrutura de classes da sociedade, do ordenamento territorial das classes sociais, reflexo do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Assim, um trabalho de campo limitado ao nível da paisagem não nos permite uma compreensão da espacialidade do modo de produção capitalista. A paisagem configura-se como primeiro elemento da leitura do real, aparência do espaço geográfico, portanto:

“Ir além, então, das evidências paisagísticas, significa entender que na sociedade de classes (...) a relação homem-meio (...) é mediada pela propriedade privada das condições de existência, portanto, uma relação ecológica (histórica) de poder.” (THOMAZ Jr., 2005, p. 35)

LACOSTE (1985), por sua vez, define o trabalho de campo como pesquisa em grande escala que precisa, necessariamente, ser articulada com outras escalas:

“O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local;

é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.” (LACOSTE, 1985, p. 20)

Para este autor, portanto, o campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa.

Destaca-se ainda, que no âmbito dos fenômenos geomorfológicos operantes na superfície terrestre e que interagem na produção do espaço geográfico, a necessidade de articular escalas de análise torna-se também fundamental, na medida em que os processos e mecanismos atuantes se articulam em distintas escalas espaço-temporais. A articulação local-regional-global torna-se então necessária, particularmente quando se pretende analisar um fenômeno natural sob uma perspectiva geográfica, sendo essa a diferença fundamental entre a Geografia e as demais ciências que tratam desses fenômenos.

Assim, devemos compreender o trabalho de campo como uma ferramenta a serviço dos geógrafos, desde que articulada com a teoria, capaz de possibilitar a conexão da empiria com a teoria.

“A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele é nada mais que um dos elementos do sistema social. São as relações dos homens com o espaço ou a respeito do espaço que preocupam hoje os geógrafos modernos: preocupação ou polarização científica insuficiente, de vez que não se pode compreender estas relações sem conhecer e compreender as relações dos homens entre si, quer dizer, as relações sociais.” (KAYSER, 1985, p. 31)



### 3. O TRABALHO DE CAMPO E A PESQUISA

A inutilidade do trabalho de campo desarticulado da teoria, soma-se à importância central desta para a pesquisa geográfica. Compreender a espacialidade diferencial dos processos sem trabalho de campo é tarefa praticamente impossível. Para alguns geógrafos, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação torna desnecessária a realização de trabalhos de campo, dada a capacidade superior que tais tecnologias teriam no que diz respeito à obtenção de informações.

Para SUERTEGARAY (2002), entretanto, as novas tecnologias facilitam o campo, mas sem método não há produção de conhecimento, afinal instrumentos são meios de trabalho. De acordo com esta autora, pesquisar é buscar respostas para perguntas instigantes, num processo em que sujeito e objeto interagem, o sujeito construindo o objeto e o objeto reconstruindo o sujeito.

Também para THOMAZ Jr. (2005), a problematização configura elemento fundamental de aproximação do real.

“Entendendo o concreto como sendo a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de construção histórica - o concreto em pensamento. O movimento geral particular⇒singular e singular⇒particular⇒geral, (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do real concreto, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento, o concreto em pensamento é ponto de partida para a ‘leitura’ e compreensão do real concreto...” (THOMAZ Jr., 2005, p. 37)

Na mesma direção, KAYSER (1985) considera de fundamental importância a formulação de hipóteses e defende a idéia de que uma pesquisa deve começar pela caminhada despreziosa e a conversa banal que permitem identificar os conflitos e as tensões sociais existentes, pois, a dinâmica social é revelada pelos conflitos. Lembra também que o pesquisador não deve se deixar levar pelo singular e anedótico.

Já SUERTEGARAY (2002) destaca a importância do trabalho de campo como instrumento da análise geográfica e distingue o papel do campo para os diferentes métodos. Para a autora, no positivismo o campo é externo ao sujeito e portador da verdade, consistindo o trabalho de campo essencialmente na descrição desta. Já no neopositivismo o campo também é realidade empírica, externa ao sujeito, mas construção deste através do pensamento, sendo, portanto o campo a rigor desnecessário. Por sua vez, no método dialético o campo é extensão do sujeito, numa interação dialética, práxis, enfim. Por outro lado, na fenomenologia o campo é a expressão das diferentes leituras de mundo, portanto indissociável do sujeito e na hermenêutica o campo interage com o sujeito.

Vale destacar que o método dialético de investigação científica foi muito pouco aplicado ao estudo da natureza, sendo esse fortemente influenciado pelo método positivista, que separa o sujeito do objeto, embora as análises sistêmicas em Geografia física tenham ajudado a problematizar as relações entre o sujeito e o objeto. De qualquer forma, esse caminho ainda começa a ser trilhado, sendo que no âmbito da Geografia física a opção pela dialética como visão de mundo é muito mais uma opção política do pesquisador do que um caminho metodológico definido a ser trilhado em busca da compreensão da realidade, como aponta LACOSTE (1988).

Observa-se neste sentido uma bifurcação na história do pensamento geográfico, pois, tanto a Geografia humana quanto a Geografia física trilharam o caminho do positivismo e do neopositivismo, porém, o mesmo não se verificou em relação ao materialismo dialético e à fenomenologia, que se desenvolveram na Geografia humana, mas praticamente não tiveram penetração no âmbito da Geografia física, na qual, por sua vez, desenvolveu-se a teoria geral dos sistemas - que teve menos expressão no âmbito da Geografia humana.

No que se refere à espacialidade diferencial de fenômenos naturais na superfície terrestre, cada vez mais influenciada pela ação humana, nota-se uma clara tendência de incorporação do monitoramento de campo, como ferramenta de acompanhamento de transformação da realidade. Os fenômenos da natureza muitas vezes são colocados como objeto de análise separados do sujeito, ou seja, o meio físico-biótico do pesquisador.

Cabe ressaltar que, ao contrário da Geografia, dentro da perspectiva da Geomorfologia<sup>3</sup>, a separação entre sociedade e natureza não implica, necessariamente, em contradição epistemológica, já que esse campo do saber baseia-se no estudo dos sistemas terrestres e tem objetivos e métodos próprios. Com efeito, a Geomorfologia não se propõe a ser uma ciência de síntese de fenômenos naturais e sociais, embora seja cada vez mais constante o estudo do efeito das atividades humanas nos mecanismos e processos responsáveis pela evolução das formas de relevo.

A abordagem sistêmica em Geomorfologia tenta possibilitar a integração de fatores sociais e naturais, ao abordar as retroalimentações entre as distintas partes que compõem um sistema, permitindo uma flexibilização do objeto, que passa a ter um caráter dinâmico, variando com a própria evolução do sistema e das premissas construídas pelo pesquisador (sujeito).

Essa opção pelo estudo funcional dos sistemas geomorfológicos se dá muitas vezes a partir da implementação de estações de campo para o monitoramento dos processos. A existência dessas estações de monitoramento está claramente relacionada à tentativa de decodificar e acompanhar as relações funcionais entre os vários componentes que compõem os sistemas geomorfológicos. Dessa maneira, a incorporação da teoria geral dos sistemas à Geografia física (STRALHER, 1952; CHORLEY, 1962) fornece novas ferramentas metodológicas para o estudo da realidade, resolvendo, ao menos parcialmente, o problema da quantificação em Geomorfologia e fornecendo uma nova dimensão as pesquisas de campo.

CHRISTOFOLETTI (1980) aponta a importância da abordagem sistêmica em Geomorfologia destacando os vários tipos de sistemas existentes na natureza e a relação desses com as metodologias de

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que a especialização em Geomorfologia, cada vez mais aprofundada nos profissionais de Geografia física que tratam dessa temática, acabou por gerar uma separação definitiva entre Geografia e Geomorfologia, vistas então como ciências autônomas. Dessa maneira é cada vez mais comum o geógrafo-geomorfólogo se auto-declarar simplesmente geomorfólogo, portanto um cientista da natureza e não da sociedade, ou da relação entre elas. A percepção da Geomorfologia como Ciência da Terra (ao lado da Geologia e da Pedologia) resolve o problema metodológico do geógrafo físico-geomorfólogo, mas não da dicotomia físico-humano na Geografia.

investigação geomorfológica. Mais recentemente, COELHO NETTO (1987 & 1995) constrói modelos evolutivos para a paisagem geomorfológica do ambiente tropical úmido a partir de uma abordagem sistêmica que prioriza a decodificação do papel funcional dos vários componentes que formam o sistema geomorfológico.

Com relação à aplicação da teoria geral dos sistemas na produção do conhecimento, vale destacar a contribuição de SANTOS (1986), que indica a dificuldade da produção de modelos que incorporem variáveis dinâmicas, sobretudo as de cunho social. Para o autor, conceitos e modelos devem permanentemente ser revistos e refeitos pois tanto a teoria quanto a realidade estão em permanente evolução.

#### **4. O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO**

A utilização do trabalho de campo como instrumento didático não tem sido alvo de muitas reflexões. Não deveria ser assim, afinal, todo professor de Geografia - principalmente dos ensinamentos médio e fundamental - já deve ter se irritado quando ouviu de seus alunos ou dos professores de outras disciplinas que no dia tal não haveria aula porque tinha passeio, marcado pelo professor de Geografia... Será que de fato promovemos passeios?

Em uma das poucas contribuições para este debate, LACOSTE (1985) considera que a expedição/exposição tem importante papel de formação dos estudantes de Geografia, mas insuficiente, pois não passa de iniciação à pesquisa. O mesmo autor critica as excursões de ônibus, nas quais “os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos.” (LACOSTE, 1985, p. 13)

Para este autor, os trabalhos de campo devem ser longos e contínuos, marcados por caminhadas, e convívio com a realidade, o que o torna caro e difícil de ser realizado em larga escala.

Não negligenciamos as observações de Lacoste, pois, evidentemente, um trabalho de campo em que se percorra rapidamente várias áreas, se observe pontualmente diversos processos geográficos e se converse superficialmente com vários atores sociais, evidentemente não representa uma aprofundada pesquisa, nem permite construir

complexas teorias. Porém, não concordamos com a idéia de que sejam necessariamente ocasiões em que “os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos.” (LACOSTE, 1985, p. 13).

A nosso ver, se estas excursões forem previamente preparadas, instigando-se os alunos a problematizar o que vão ver, a preparar o que vão perguntar e refletir acerca do que vão observar, podem representar uma importante contribuição para o processo de formação destes como pesquisadores.

Um outro aspecto a ser considerado é o papel do trabalho de campo como momento de integração entre fenômenos sociais e naturais que se entrecruzam na realidade do campo. Interessante apontar que tanto a produção do conhecimento geográfico, que apresenta limitações advindas da dicotomia sociedade natureza, em função da verticalização dos pesquisadores nas diferentes especialidades que compõem o escopo da Geografia, quanto no campo do ensino, a separação entre sociedade e natureza se constitui num entrave para o desenvolvimento da Geografia. Cabe destacar que tanto na realidade do campo quanto na teoria os aspectos sociais e naturais da realidade são indissociáveis. Nesse sentido, a elaboração de roteiros de campo com a preocupação de evidenciar os fenômenos sociais e naturais (e principalmente a interação entre eles) que modelam a superfície terrestre pode se tornar importante instrumento integrador, na formação de novas gerações de geógrafos mais atentos às relações físico-humanas, sem necessariamente, negligenciar o avanço-verticalização das especialidades.

Torna-se evidente que no âmbito do ensino também surgem necessidades em relação à articulação de escalas de análise para visualização dos fenômenos, já que muitos dos processos vistos/observados no campo se complementam com outros processos operantes em distintas escalas espaço-temporais, produzindo a realidade geográfica em questão. Nas aulas de campo dedicadas ao estudo do meio físico-biótico é comum esse recurso de articulação de escalas (do perfil do solo ao modelado do relevo; da estrutura e composição da vegetação à fisionomia da mesma, do sistema encosta ou canal à bacia hidrográfica etc.). No entanto, quando se pretende ensinar Geografia, não se deve fragmentar a realidade, e esses aspectos devem se associar aos aspectos sociais na explicação da realidade.

Por fim, destacamos ainda que a implementação de estações de monitoramento de campo sobre fenômenos operantes na superfície terrestre e que interessam à produção do espaço geográfico, que como apontado anteriormente se configura numa importante ferramenta de acompanhamento das transformações sócio-ambientais, tem também forte implicação para o ensino da Geografia. Em nosso entendimento, a visita de campo nessas estações de monitoramento, que produzem dados sobre a realidade e suas transformações, pode servir para articular as teorias às práticas de campo voltadas ao ensino da Geografia.

## 5. OS RISCOS DA BANALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Vivemos hoje um momento em que os trabalhos de campo se multiplicam nas escolas de ensino fundamental e médio, aumentam em quantidade e tempo nas universidades, são retomados nos encontros de geógrafos. Trata-se de um movimento positivo de retomada de uma tradicional ferramenta da Geografia? Ou é mera banalização, parte de um mundo onde a imagem e a paisagem são valorizadas em si mesmas, como fetiches? Onde uma Geografia do Turismo se desenvolve no rastro da mercantilização crescente da vida e do mundo. Ou como nos lembra Kayser (1985) promove-se trabalho de campo “como quem vai ao zoológico ou ao safári!”

A nosso ver, estamos diante de um destes momentos em que a história bifurca-se e cada um precisa escolher seu caminho. Aqueles que vêem a Geografia como mais um instrumento a serviço da acumulação privada de capital ou do controle da sociedade pelo Estado e o capital, com certeza a banalização do trabalho de campo associado à difusão da Geografia do Turismo é um caminho iluminado.

Já para aqueles que vêem a Geografia com parte da teoria social crítica, voltada para a transformação da realidade, o trabalho de campo só pode ser concebido se articulado com a teoria, como instrumento para desvendar os mecanismos de construção da dominação e da exploração.

Entretanto, este segundo caminho, com o qual nos identificamos, está repleto de percalços, como nos lembra KAYSER (1985), para quem a burguesia apropria-se dos resultados dos trabalhos de campo, mesmo que não os tenha encomendado diretamente, ao passo que a transmissão ao povo dos resultados

do trabalho de campo enfrenta várias dificuldades (que vão da linguagem aos objetivos), mas deve estar sempre entre os objetivos dos pesquisadores.

Talvez seja por isso que LACOSTE (1985) sustenta que o pesquisador não deve ter papel político ativo, mas municiar os grupos sociais organizados:

“... é preferível que o pesquisador individual ou coletivo se retire uma vez terminada a pesquisa para não ser tentado a transformar seu saber em poder. (...) Se o pesquisador quer militar de outra forma, além do seu trabalho científico, ele pode fazê-lo lá onde mora.” (LACOSTE, 1985, p. 22)

Tal assertiva nos parece carecer de fundamento, posto que pressuporia - contraditoriamente, aliás, com as formulações do próprio Lacoste - uma neutralidade do pesquisador que julgamos inexistente.

Contornar os riscos da banalização do trabalho de campo pressupõe, sobretudo, avançar em duas direções: a articulação teoria-prática; o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora.

## CONCLUSÃO (PARA NÃO CONCLUIR...)

Os argumentos delineados acima sustentam que a Geografia sofreu uma separação metodológica ainda mais acentuada entre Geografia física e Geografia humana após o período da chamada Geografia quantitativa. Enquanto a Geografia humana produziu uma vertente crítica que negou, pelo menos inicialmente, a necessidade de quantificação para se produzir o conhecimento geográfico, trilhando o caminho do método dialético, a Geografia física se apropriou da teoria geral dos sistemas a fim de resolver o problema da quantificação, sobretudo no campo da Geomorfologia.

Quando hoje se verifica um movimento de reaproximação desses dois campos, que se tornaram distintos em função da própria evolução do pensamento geográfico, há evidentes dificuldades metodológicas, com nos lembra Harvey:

“A unidade dos conhecimentos é, além disso, vista em termos não de harmonia, mas de um processo

evolutivo no qual as facetas da competição, da diversificação, da colaboração, da dispersão e da difusão, as modificações no mundo objetivo (tanto social como natural) e as determinações das ordenações espaço-temporais são, todas elas, mobilizadas.” (HARVEY, 2004, p. 301)

Embora o caminho para a integração não seja ainda evidente e as limitações metodológicas sejam dominantes, cabe aos geógrafos, com formação física ou humana, discutir as potencialidades desse reencontro. Tais exercícios iniciais de reflexão poderão, no futuro, contribuir para a construção de um conhecimento geográfico menos fragmentado e mais comprometido com as transformações sócio-ambientais que se cristalizam de maneira cada vez mais acelerada no espaço geográfico.

Neste sentido, o grande desafio, tanto no âmbito do ensino quanto da pesquisa, é estarmos atentos aos desafios do imponderável no processo de conhecimento e produção do espaço geográfico, pois como afirma Harvey:

“Tanto a ordem ecológica como a ordem social, particularmente quando tomadas em conjunto, são abertas e heterogêneas a tal ponto que sua totalidade nunca pode ser muito bem apreendida, para não mencionar manipulada, de modo a enquadrar-se em estados previsíveis ou estáveis. Por maior o nosso esforço em tentar construir e reconstruir a ordem socioecológica de acordo com um plano determinado, somos inevitavelmente atingidos não somente pelas conseqüências inesperadas de nossas próprias ações como também por contingências evolutivas (os “acidentes” a que Marx se referiu) que se impõem a nós a cada passo e em todas as escalas.” (HARVEY, 2004, p. 333)

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento



geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 56 (1/4). Jan/dez-1994.

ALENTEJANO, Paulo R. R. AGB-Rio: 68 anos de história. *Terra Livre*, Ano 20, nº 22. São Paulo: AGB, jan/jul - 2004. (p. 145-152).

ANDRADE, Manoel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*, 9. São Paulo: AGB, 1991.

CHORLEY, Richard J. *Geomorphology and general systems theory*. U.S. Geol. Survey Prof. Paper 500-b 10pp, 1962.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Geomorfologia*. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

COELHO NETTO, Ana Luiza. Overlandflow production in a tropical rainforest catchment: the role of litter cover. *Catena*, 14, p. 213-231, 1987.

COELHO NETTO, Ana Luiza. Catastrophic landscape evolution in a humid region (SE Brasil): inheritances from tectonic, climatic and land use induced changes. Fourth International Conference on Geomorphology - Italy, 1999.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Seleção de Textos*, 11. São Paulo: AGB, 1985.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Seleção de Textos*, 11. São Paulo: AGB, 1985.

LACOSTE, Yves. A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

MAMIGONIAN, Armem. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*, 8. São Paulo: AGB, 1991.

RUA, João. Para melhor se entender a Geografia Agrária. in *Geo UERJ*, nº 1. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1986.

STRALHER, Arthur N. Dynamic basis of geomorphology. *Geol. Soc. America Bulletin* 63, 923-938, 1952.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. *GEOgraphia*, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.

THOMAZ Jr., Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In *Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990*. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

## AS DÍVIDAS DE QUEM REALIZA OS LEVANTAMENTOS

Assim acaba a história de uma viagem.

Você viu e entendeu.

Você viu um acontecimento comum,  
Um acontecimento como ele é produzido cada dia.

E no entanto lhe rogamos,

Sob o familiar, descubra o insólito,

Sob o cotidiano, destaque o inexplicável.

Que possa toda coisa dita habitual lhe inquietar.

Na regra descubra o abuso.

E em toda parte onde o abuso se mostre,

Encontre o remédio.

*Bertolt Brecht, “A exceção e a regra”.*